

**ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO URBANO – CMDU**

BIÊNIO 2017-2019

Às nove horas e trinta minutos do dia trinta de outubro de dois mil e dezenove, na Associação Comercial de Santos, sito à Rua XV de Novembro, 137 – Centro, Santos, realizou-se a 19ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU), biênio 2017-2019. Estavam presentes os membros e convidados relacionados na lista de presença anexa. Justificaram a ausência: Marcio Gonçalves Paulo, da Depcam/Semam e Márcio Aurélio de Almeida Quedinho, da Agem. Antes de dar início à ordem do dia, o Sr. Presidente, Júlio Eduardo dos Santos, lembrou a plenária quanto ao horário das reuniões, dependendo do quórum, conforme preconiza o regimento interno do Conselho. Fez em seguida breve resumo sobre a pauta do dia, indicando que os assuntos foram solicitados por membros do conselho: regularização pela representante do instituto Elos, Sra. Thais; projetos da Cohab pelo Sr. Martinho Leonardo, representante da Associação dos Moradores do Bairro Aparecida. Na sequência, foi consultada a plenária acerca da aprovação da ata da 18ª reunião ordinária, previamente enviada por e-mail. Como não houve nenhuma manifestação, foi dispensada a leitura da referida ata, sendo aprovada por unanimidade. Dando sequência a reunião o senhor Presidente passou ao segundo item da pauta: Apresentação sobre os projetos de regularização fundiária. Enfatizou a importância do trabalho de regularização fundiária, citou a última entrega de titularidade destacando a emoção dos contemplados e na sequência passou a palavra a Coordenadora de Regularização Fundiária e Urbanística - COREFUR, Sra. Carla Pupin, que deu início a apresentação dos trabalhos desenvolvidos pela Corefur, utilizando slides, cuja cópia anexamos a esta. Ao final abriu a palavra a plenária para manifestações. A senhora Monica, representante da Unisantos, solicitou informações sobre o bairro Alemoa, considerando que aconteceram remoções no local devido as obras da entrada da cidade, questionou ainda se haverá reurbanização. Perguntou também sobre a segunda etapa de regularização da Ilha Diana. A senhora Carla comunicou que a primeira questão será respondida na sequência pelo presidente da Cohab. Com relação a Ilha Diana esclareceu que ainda não foi entregue o Título de Uso Sustentável Coletivo por questão de agenda, e que estão verificando junto ao SPU a possibilidade de emissão de Certidão Individualizada do Termo. Além disso se prontificou a agendarem junto a SPU uma reunião de esclarecimentos aos moradores com uma visita ao bairro. O senhor Martinho falou que fica feliz com as notícias dadas pela Coordenadora, principalmente com relação ao Caruara, perguntando se a regularização pode ser executada sem os serviços essenciais, citando o projeto “ondas limpas” prometido para o bairro. Finalizando questionou o prazo para o término da regularização. A Sra. Carla explicou a necessidade de consultas junto a inúmeros órgãos, exemplificando Condephaat, afirmou que a demarcação já está no cartório, e que estima-se que o projeto urbanístico do primeiro núcleo deve ser finalizado até

dezembro. Quanto aos serviços essenciais explicou que são necessárias micro/macrodrenagem e questões urbanísticas quando do projeto de regularização, e indicou que estão previstas para o segundo semestre a implantação de três estações elevatórias e de tratamento pela SABESP. A senhora Lenimar, representante da Concidadania, solicitou esclarecimentos quanto a informação dada a moradores da Rua Clovis Galvão de que a regularização fundiária foi realizada em nome do proprietário da área e não em nome dos ocupantes. A Sra. Carla confirmou a informação de que o projeto foi registrado em nome do proprietário, e que em razão disso, o Ministério Público abriu novo inquérito civil que restou no ajuizamento de uma ação civil pública, uma vez que, o proprietário não cumpriu com as tratativas estabelecidas com o município e o referido órgão em relação à venda direta dos lotes para os ocupantes. Lembrou ainda que situação semelhante ocorre nos núcleos Rua Torquato Dias e Vila Progresso. Falou sobre o andamento dos trabalhos que atualmente estão sendo desenvolvidos pela Coordenadoria, ressaltando que a prioridade é o atendimento de áreas gravadas como Zonas Especiais de Interesse Social. Lembrou ainda que a lei federal 13.465/2017 permite que qualquer interessado promova a regularização fundiária de área particular. O senhor Jean, representante do SASP, perguntou sobre o prazo do Plano de Habitação e sobre o programa Nossa Casa, se a Prefeitura de Santos aderiu ao programa. A Sra. Carla informou que há tratativa com a AGEM - Agência Metropolitana da Baixada Santista, sobre a possibilidade de atualização dos planos municipais de habitação dos nove municípios da Baixada Santista utilizando recursos do CONDESB – Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista, porém ainda há necessidade de definição pelo referido órgão. Com relação ao programa Nossa Casa explicou que o assunto será esclarecido pela Cohab. A senhora Lenimar achou importante informar que a Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano – Emplasa será extinta, e todo seu acervo estará disponível para download por tempo limitado. O senhor Júlio Eduardo agradeceu a coordenadora e toda sua equipe pelo trabalho desenvolvido. Observou que mais poderia ser feito, se tivessem recursos financeiros e humano. Destacou ao final a importância do MP nas negociações. Ato contínuo o senhor Presidente passou ao terceiro item da pauta: Apresentação sobre os projetos da COHAB; passando a palavra ao Presidente da Companhia de Habitação da Baixada Santista, Sr. Maurício Queiroz Prado. O senhor Maurício cumprimentou os presentes e iniciou apresentação dos projetos entregues e em andamento, utilizando slides, cuja cópia anexamos a esta. Ao final respondeu a pergunta da Sra. Monica sobre a Alemoa, explicando que haviam cento e quarenta famílias sobre o leito do Rio Furado, sendo, portanto, necessária remoção. Destas, cento e trinta e seis foram reassentadas no empreendimento Caneleira IV. As outras quatro famílias já haviam sido contempladas anteriormente, por outros empreendimentos, e justificou que, por lei, não é permitido atendimento mais de uma vez. Afirmou que foi consultado o judiciário, cuja resposta foi a retirada das famílias do local. O senhor Rivaldo, representante da OTC, perguntou sobre o projeto destinado aos funcionários públicos. O senhor Mauricio respondeu que estão sendo realizados ajustes para com os entes financiadores de forma a atender a demanda. Com relação

ao questionamento do Sr. Jean e ao programa Nossa Casa, esclareceu que Santos vai aderir ao programa, mas que existem peculiaridades do município, ainda em discussão, de forma que a adesão seja garantia de utilização do programa da melhor maneira. O senhor Jean perguntou sobre o valor do condomínio da Vila Santa Casa. O senhor Mauricio informou que não há interferência da Cohab nesta questão. Que existe um trabalho social antes/durante e pós obra, e que fica a critério dos moradores a contratação ou não de faxina, portaria, administração e etc. Informou ainda que o valor para a instalação do elevador contemplou sua manutenção por 1 ano, e que, depois disso, os custos foram assumidos pelo condomínio, mas que o valor negociado está bem abaixo dos praticados pelo mercado. O senhor Presidente agradeceu ao Sr. Mauricio e parabenizou a Cohab pelos projetos apresentados. O senhor Martinho também comentou sobre os projetos, parabenizou a todos, citou o comprometimento do CMDU com políticas públicas e opinou quanto a mobilização para manter o atual grupo técnico após as próximas eleições. Em seguida o senhor Presidente passou ao quarto item da pauta: Encerramento do biênio 2017/2019; passando a palavra a Eng. Eliana Mattar, Chefe do Departamento de Desenvolvimento Urbano, que iniciou apresentação do resumo de assuntos submetidos a análise e apreciação do CMDU no biênio que se encerra, utilizando para tanto slides, cuja cópia anexamos a esta. Ato contínuo o senhor Júlio Eduardo agradeceu a todos os membros do CMDU do atual biênio, que trabalharam para o desenvolvimento da Cidade. Citou também a participação ativa da Prof. Monica e do senhor Martinho. Finalizando o senhor Presidente passou para o item Assuntos gerais. Convidou então o Doutor Ricardo Mourão, advogado da Sedurb, para comentar sobre os próximos passos para o novo biênio. O Dr. Ricardo informou que o biênio se inicia em novembro, e que o decreto com a nova composição está em análise na Procuradoria Geral do Município – PGM. Que irão utilizar o mesmo rito de 2017, onde ocorrerão duas reuniões: uma extraordinária para que tomem posse e em seguida uma ordinária para outras deliberações. O senhor Martinho enfatizou a presença precária dos representantes nas reuniões, principalmente do governo, cobrando comparecimento dos representantes. O senhor Rivaldo concordou que a ausência do poder público é unânime em todos os conselhos, portanto estão analisando colocar como meta do PDR o comparecimento. O senhor Júlio justificou a dificuldade de comparecimento, considerando profissionais capacitados participando de vários conselhos ao mesmo tempo. O senhor Rivaldo respondeu que é preciso então capacitar outros representantes. Não havendo nenhuma outra manifestação, o Presidente do CMDU, Sr. Secretário Júlio Eduardo dos Santos agradeceu a presença de todos e, como nada mais havia a ser tratado, às onze horas e trinta minutos, deu os trabalhos por encerrados. Eu, Andreia Orlandini Nunes _____ lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será ao final subscrita pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Júlio Eduardo dos Santos _____
Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano.